

7 de maio de 2012

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 31 de março de 2012

DESTAQUES

- Resultado líquido acumulado de 40,8 milhões de euros no 1.º trimestre de 2012, representando uma diminuição de 55% face ao trimestre homólogo, com subida em 56% do resultado líquido das operações internacionais
- Rácio Core tier I situa-se em 9,2% em 31 de março de 2012, em linha com o valor de 31 de dezembro de 2011 (9,3%)
- Rácio de crédito sobre depósitos (BdP) reduziu significativamente para valor inferior a 138%, face aos 162% em 31 março de 2011
- Subida de 8,8% dos depósitos de clientes face ao período homólogo, sendo que a atividade em Portugal aumentou 10,2% e as operações internacionais aumentaram 6,1%
- Redução do crédito a clientes (bruto) em 5,4% face ao período homólogo, refletindo a descida de 7,3% na atividade em Portugal e em linha com o plano de liquidez
- Produto bancário sobe 2,6% no 1.º trimestre de 2012 face ao período homólogo, beneficiando dos resultados em operações financeiras que compensaram a quebra da margem financeira
- Contenção de custos, excluindo itens específicos: custos operacionais caem 0,2% numa base anual, beneficiando principalmente do desempenho da atividade em Portugal
- Dotações para imparidade do crédito de 170 milhões de euros, com o custo do risco anualizado situado em 95 p.b., que compara com 88 p.b. no 1.º trimestre de 2011
- Rácio de crédito vencido de 5% com cobertura por imparidades para crédito de 100%

COMITÉ OLÍMPICO
DE PORTUGAL**Millennium**
bcp

BANCO OFICIAL

Direcção de Relações com Investidores
Rui Coimbra
Telf +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
rui.coimbrafernandes@millenniumbcp.pt
fvalente@millenniumbcp.pt
joaogodinho.duarte@millenniumbcp.pt

Contacto de Imprensa
Erik T. Burns
Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt



Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	31 mar.12	31 mar.11	Var. 12 / 11
Balanço			
Ativo total	92.029	95.177	-3,3%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	71.243	75.315	-5,4%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	67.328	66.605	1,1%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	54.525	51.195	6,5%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	48.830	44.867	8,8%
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽²⁾	140%	164%	
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽³⁾	138%	162%	
Resultados			
Resultado líquido	40,8	90,1	-54,8%
Margem financeira	317,5	401,6	-20,9%
Produto bancário	677,4	660,4	2,6%
Custos operacionais	369,4	338,9	9,0%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	170,3	166,6	2,2%
Outras imparidades e provisões	46,3	31,4	47,6%
Impostos sobre lucros			
Correntes	21,0	25,3	-17,0%
Diferidos	11,2	(10,5)	-
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio ⁽²⁾	2,9%	2,7%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) ⁽⁴⁾	0,3%	0,5%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽²⁾	0,4%	0,5%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	4,5%	11,5%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽²⁾	8,7%	13,6%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽²⁾	6,8%	5,0%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	1,9%	1,6%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽²⁾	10,9%	7,7%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽²⁾	6,2%	4,3%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	100,3%	103,8%	
Rácios de eficiência ^{(2) (5)}			
Custos operacionais / Produto bancário	54,5%	56,1%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	51,4%	52,1%	
Custos com pessoal / Produto bancário	30,5%	31,2%	
Capital			
Fundos próprios totais	5.353	5.997	
Riscos ponderados	57.188	58.400	
Rácio Core Tier I ⁽²⁾	9,2%	6,7%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base ⁽²⁾	8,6%	9,2%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios ⁽²⁾	9,4%	10,3%	
Sucursais			
Atividade em Portugal	872	891	-2,1%
Atividade internacional	840	843	-0,4%
Colaboradores			
Atividade em Portugal	9.944	10.121	-1,7%
Atividade internacional	11.629	11.266	3,2%

Nota: os indicadores referentes ao exercício de 2011 refletem os ajustamentos efetuados às contas com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2010.

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 697 milhões de euros em 31 de março de 2012.

(2) De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Calculado de acordo com definição do Banco de Portugal.

(4) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(5) Exclui impacto de itens específicos.

RESULTADOS E ACTIVIDADE NO PRIMEIRO TRIMESTRE 2012

No final do exercício de 2011, tendo em consideração o acordo firmado entre o Governo, a Associação Portuguesa de Bancos e os sindicatos dos trabalhadores bancários para a transferência para o Regime Geral da Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento de reformados e pensionistas, o Banco optou, em momento anterior à referida transferência, pela alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais.

Na sequência da análise das alternativas permitidas pela *International Accounting Standard (IAS) 19* Benefícios a empregados, o Grupo optou por passar a reconhecer os desvios atuariais do exercício por contrapartida de reservas. Anteriormente, o Grupo procedia ao diferimento dos desvios atuariais de acordo com o método do corredor, no qual os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excedessem 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do Fundo eram registados por contrapartida de resultados de acordo com a vida útil remanescente estimada dos colaboradores no ativo.

De modo a refletir a mencionada alteração, de acordo com as IAS, esta alteração foi efetuada com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2010, pelo que foram reconhecidos nos capitais próprios a totalidade dos desvios atuariais diferidos. No âmbito das regras aplicáveis, o Grupo procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras com referência a 1 de janeiro de 2010 e a 31 de dezembro de 2010, bem como em relação aos meses decorridos do exercício de 2011, para efeitos comparativos.

RESULTADOS

O **resultado líquido consolidado** do Millennium bcp totalizou 40,8 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com os 90,1 milhões de euros apurados no primeiro trimestre de 2011 (reexpresso de acordo com a alteração da política contabilística).

O resultado líquido do primeiro trimestre de 2012 foi influenciado pelos seguintes fatores excecionais:

- contabilização de um custo no montante de 15,4 milhões de euros relacionado com as comissões pela emissão de empréstimos obrigacionistas com garantia do Estado Português; e
- recompra de emissões próprias de obrigações hipotecárias geradora de uma mais-valia líquida de impostos de 68 milhões de euros.

Por seu turno, o resultado líquido do primeiro trimestre de 2011 inclui:

- a anulação de provisões associadas ao fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo, no montante de 22,3 milhões de euros líquido de impostos.

Entre o primeiro trimestre de 2011 e o primeiro trimestre de 2012 o produto bancário registou um aumento, suportado pelos resultados em operações financeiras que compensaram a quebra da margem financeira, a par da contenção dos custos operacionais que reduziram 0,2%, excluindo itens específicos.

A evolução da rentabilidade em base consolidada foi determinada pelo desempenho na atividade em Portugal, na medida em que a atividade internacional registou um aumento dos resultados líquidos. O resultado líquido da atividade internacional foi impulsionado pelo maior nível de resultados líquidos alcançado na maioria das subsidiárias no exterior, com destaque para o Bank Millennium na Polónia e o Banco Millennium Angola.

A **margem financeira** situou-se em 317,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com os 401,6 milhões de euros apurados em igual período de 2011.

A margem financeira da atividade em Portugal foi influenciada pelos efeitos volume de negócios e taxa de juro desfavoráveis. Na atividade internacional, a margem financeira foi condicionada pelo desempenho do Millennium bank na Grécia, não obstante os crescimentos observados nas subsidiárias na Polónia e em Angola.

A taxa de margem financeira situou-se em 1,49% no primeiro trimestre de 2012, que compara com 1,78% em igual período de 2011, refletindo o impacto das operações de *liability management* concretizadas no segundo semestre de 2011 e da subida do custo dos depósitos a prazo, não obstante o efeito favorável do *repricing* do crédito.

BALANÇO MÉDIO

Milhões de euros

	31 mar. 12		31 mar. 11	
	saldo	taxa %	saldo	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	4.760	1,37	3.970	1,52
Ativos financeiros	10.742	4,87	13.000	3,65
Créditos a clientes	68.537	4,85	73.101	4,10
Ativos geradores de juros	84.039	4,65	90.071	3,92
Ativos não geradores de juros	9.024		7.430	
	93.063		97.501	
Depósitos de instituições de crédito	18.354	1,51	19.717	1,48
Depósitos de clientes	49.064	3,47	45.402	2,52
Dívida emitida e passivos financeiros	16.807	3,63	21.595	2,03
Passivos subordinados	1.147	5,27	1.980	2,55
Passivos geradores de juros	85.372	3,11	88.694	2,17
Passivos não geradores de juros	3.286		3.192	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	4.405		5.615	
	93.063		97.501	
Taxa de margem financeira		1,49		1,78

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em março de 2012 e de 2011, à respetiva rubrica de balanço.

As **comissões líquidas** situaram-se em 169,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com 195,4 milhões de euros no período homólogo de 2011. Na atividade em Portugal diminuíram 15,5% face ao primeiro trimestre de 2011. Na atividade internacional reduziram 7,4%, influenciadas pelo desempenho no Millennium Bank na Polónia, induzido pelas comissões relacionadas com mercados financeiros, não obstante a evolução favorável observada na generalidade das rubricas de comissões no Millennium bim em Moçambique e no Banco Millennium Angola.

As comissões líquidas evidenciam:

- a diminuição das comissões relacionadas com o negócio bancário, em 10,3%, condicionadas pelo custo apurado no primeiro trimestre de 2012 associado a emissões de dívida do Banco com garantia prestada pelo Estado Português; e
- a redução das comissões relacionadas com os mercados financeiros, influenciadas pela persistência de um enquadramento particularmente adverso para a gestão de investimentos financeiros.

Os **resultados em operações financeiras** totalizaram 191,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, que compara com os 26,5 milhões de euros apurados em igual período de 2011. Este comportamento traduz a evolução da atividade em Portugal. O desempenho da atividade internacional, apesar dos menores ganhos apurados pela subsidiária na Polónia, foi globalmente favorável, beneficiando fundamentalmente dos resultados em operações cambiais e em operações sobre títulos.

A evolução dos resultados em operações financeiras reflete os seguintes impactos:

- mais-valia resultante da recompra, no primeiro trimestre de 2012, de obrigações hipotecárias no montante de 95,5 milhões de euros;
- ganhos associados a títulos da dívida pública portuguesa no montante de 11,3 milhões de euros (perda de 119,0 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011); e
- prejuízos em instrumentos financeiros contabilizados ao *fair value option* no montante de 19,4 milhões de euros (ganhos de 19,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011).

Os **outros proveitos de exploração líquidos** foram negativos em 14,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com ganhos de 20,2 milhões de euros apurados no período homólogo de 2011.

A atividade em Portugal incorpora os impactos desfavoráveis no primeiro trimestre de 2012 relacionados com a contribuição tributária extraordinária sobre o setor bancário, no montante de 8,5 milhões de euros, e com as perdas resultantes da diminuição de valor de ativos recebidos em dação, enquanto no primeiro trimestre de 2011 inclui o impacto positivo de um ajuste de prémios de seguros relacionados com pensões.

A atividade internacional evidencia o menor nível de outros proveitos de exploração apurados pelas subsidiárias na Grécia e em Moçambique, apesar do contributo favorável do Banco Millennium Angola.

Os **resultados por equivalência patrimonial** totalizaram 12,9 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com 16,7 milhões de euros em igual período de 2011, determinado pela apropriação de menores resultados associados à participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas.

	<i>Milhões de euros</i>		
	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11
OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS			
Comissões líquidas	169,9	195,4	-13,1%
Comissões bancárias	146,0	162,7	-10,3%
Cartões	43,5	44,8	-2,9%
Crédito e garantias	27,6	42,9	-35,6%
<i>Bancassurance</i>	17,9	19,2	-6,6%
Outras comissões	56,9	55,8	2,0%
Comissões relacionadas com mercados	24,0	32,7	-26,8%
Operações sobre títulos	13,4	19,8	-32,4%
Gestão de ativos	10,5	12,9	-18,2%
Resultados em operações financeiras	191,3	26,5	-
Outros proveitos de exploração líquidos	(14,5)	20,2	-
Rendimentos de instrumentos de capital	0,3	-	-
Resultados por equivalência patrimonial	12,9	16,7	-23,2%
Total de outros proveitos líquidos	359,9	258,8	39,1%
Outros proveitos / Produto bancário	53,1%	39,2%	

Os **custos operacionais** situaram-se em 369,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, que comparam com os 338,9 milhões de euros relevados em igual período de 2011.

Os custos operacionais incorporam no primeiro trimestre de 2011 a anulação de provisões relacionadas com o fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo, no montante de 31,4 milhões de euros.

Excluindo este impacto, os custos operacionais reduziram 0,2%, como resultado do decréscimo das amortizações do exercício (-13,5%), da estabilização dos custos com o pessoal (+0,2%) e do controlo dos outros gastos administrativos (+1,4%).

Na atividade em Portugal, os custos operacionais incorporam o efeito anteriormente mencionado, pelo que, excluindo aquele impacto, reduziram 1,1% face ao primeiro trimestre de 2011, como consequência da redução das amortizações do exercício e dos custos com o pessoal.

Na atividade internacional, os custos operacionais aumentaram 1,2%, face ao primeiro trimestre de 2011, influenciados pelo Banco Millennium em Angola e pelo Millennium bim em Moçambique, traduzindo o suporte aos planos de negócio em curso nestas operações e ao reforço da infraestrutura operacional naqueles mercados. Não obstante, o rácio de eficiência da atividade internacional melhorou para 60,3% no primeiro trimestre de 2012 (63,9% em igual período de 2011).

Em termos consolidados, o rácio de eficiência, excluindo itens específicos, situou-se em 54,5% no primeiro trimestre de 2012 (56,1% no período homólogo de 2011), enquanto na atividade em Portugal situou-se em 51,4% no primeiro trimestre de 2012 (52,1% no período homólogo de 2011).

Os **custos com o pessoal** cifraram-se em 206,6 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com os 174,6 milhões de euros apurados no mesmo período de 2011.

Os custos com o pessoal, excluindo o impacto já mencionado da anulação de provisões no montante de 31,4 milhões de euros efetuado no primeiro trimestre de 2011, evidenciaram uma estabilização (+0,2%), influenciados pela redução de 1,6% na atividade em Portugal, que praticamente contrariou o aumento de 4,0% observado na atividade internacional.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal refletem os aumentos verificados nas subsidiárias em Moçambique, Angola e Polónia, incorporando o efeito do maior número de colaboradores, em particular naquelas duas primeiras operações, no âmbito do reforço das suas competências e capacidades operacionais.

Os **outros gastos administrativos** totalizaram 141,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, face aos 139,4 milhões de euros relevados no período homólogo de 2011. Esta evolução traduz o aumento dos gastos relacionados com as rubricas de comunicações, de estudos e consultas e de água, energia e combustíveis, não obstante as poupanças alcançadas nas rubricas de publicidade e de rendas.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos aumentaram 1,8%, repercutindo a evolução dos gastos relacionados com comunicações e com água, energia e combustíveis.

Na atividade internacional, os outros gastos administrativos registaram um aumento de 0,9%, induzido pelos gastos com conservação e reparação e com serviços especializados, apesar dos menores gastos com publicidade e rendas. Este comportamento foi influenciado pelas subsidiárias em Moçambique e em Angola, parcialmente mitigado pela redução de custos apurada pelo Millennium bank na Grécia.

CUSTOS OPERACIONAIS

	Milhões de euros		
	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11
Custos com o pessoal ⁽¹⁾	206,6	206,1	0,2%
Outros gastos administrativos	141,3	139,4	1,4%
Amortizações do exercício	21,5	24,8	-13,5%
Custos operacionais	369,4	370,3	-0,2%
Anulação de provisão relacionada com pensões		31,4	
dos quais:			
Atividade em Portugal	224,7	195,9	14,7%
Atividade internacional	144,7	143,0	1,2%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(2) (3)}	51,4%	52,1%	

(1) Exclui a anulação de provisões nos primeiros três meses de 2011 relacionadas com pensões, no montante de 31,4 milhões de euros.

(2) Atividade em Portugal. De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

As **amortizações do exercício** cifraram-se em 21,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, que comparam com 24,8 milhões de euros relevados em igual período de 2011.

Na atividade em Portugal as amortizações do exercício diminuíram 13,8% face ao primeiro trimestre de 2011, beneficiando da evolução das amortizações relacionadas com equipamentos e imóveis. Na atividade internacional reduziram 13,1%, face ao primeiro trimestre de 2011, influenciadas pelo decréscimo do nível de amortizações nas subsidiárias da Roménia, da Polónia e da Grécia, não obstante os aumentos evidenciados pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim em Moçambique, como resultado dos investimentos realizados no âmbito da estratégia de crescimento orgânico nestas geografias.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** situou-se em 170,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, comparando com 166,6 milhões de euros apurados em igual período de 2011.

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) da atividade em Portugal situou-se ligeiramente acima do registado no período homólogo (+1,0%), apesar de ter sido condicionada pela persistência de um enquadramento macroeconómico e financeiro adverso, com consequências na degradação da situação económico-financeira das famílias e das empresas nacionais.

Na atividade internacional, a imparidade do crédito (líquida de recuperações) traduz fundamentalmente o maior nível de dotações apurado pelas subsidiárias na Grécia, em Moçambique e na Suíça.

O custo do risco situou-se em 95 pontos base no primeiro trimestre de 2012, que compara com os 88 pontos base relevados no período homólogo de 2011.

As **outras imparidades e provisões** cifraram-se em 46,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, que comparam com os 31,4 milhões de euros apurados em igual período de 2011.

As outras imparidades e provisões incorporam o comportamento das dotações para imparidade de ativos recebidos em dação na atividade em Portugal que, no âmbito do processo de reavaliação regular destes ativos, apresentaram uma descida do respetivo valor de mercado, a par do aumento das dotações de provisões associadas a outros compromissos.

Na atividade internacional, as outras imparidades e provisões reduziram na generalidade das subsidiárias, face ao trimestre homólogo, em particular no Millennium bim em Moçambique e no Bank Millennium na Polónia.

Os **impostos (correntes e diferidos) sobre lucros** ascenderam a 32,2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, montante que compara com os 14,8 milhões de euros apurados no período homólogo de 2011.

Os referidos impostos incluem o custo por impostos correntes no montante de 21,0 milhões de euros (25,3 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011) e o custo por impostos diferidos no montante de 11,2 milhões de euros (proveito de 10,5 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011).

BALANÇO

O **ativo total** consolidado cifrou-se em 92.029 milhões de euros em 31 de março de 2012, comparando com os 95.177 milhões de euros relevados em igual data de 2011.

O **crédito a clientes** (bruto), em base comparável (ajustado de uma operação de Repo, no montante de 697 milhões de euros), diminuiu 5,4%, situando-se em 71.243 milhões de euros em 31 de março de 2012, face aos 75.315 milhões de euros relevados em igual data de 2011.

Esta evolução foi determinada pela contração verificada na atividade em Portugal (-7,3%) e pelo ligeiro aumento da concessão de crédito na atividade internacional (+0,9%), face ao final de março de 2011, que evidencia especialmente o crescimento da carteira de crédito do Millennium Bank na Polónia.

O comportamento do crédito a clientes reflete a retração verificada tanto ao nível do crédito a empresas (-8,5%), como do crédito a particulares (-1,9%), refletindo o impacto da prossecução dos esforços de desalavancagem controlada com especial enfoque na atividade em Portugal.

A estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões idênticos de diversificação, entre 31 de março de 2011 e 31 de março de 2012, com o crédito a empresas a representar 51,3% do crédito total concedido no final de março de 2012, enquanto o crédito a particulares representava 48,7% da carteira de crédito a clientes.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

	<i>Milhões de euros</i>		
	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11
Particulares	34.711	35.389	-1,9%
Crédito hipotecário	30.254	30.667	-1,3%
Crédito ao consumo	4.457	4.722	-5,6%
Empresas ⁽¹⁾	36.532	39.926	-8,5%
Serviços ⁽¹⁾	15.400	15.832	-2,7%
Comércio	4.048	4.639	-12,7%
Construção	4.452	5.304	-16,1%
Outros	12.632	14.151	-10,7%
Total ⁽¹⁾	71.243	75.315	-5,4%
do qual:			
Atividade em Portugal ⁽¹⁾	53.998	58.231	-7,3%
Atividade internacional	17.245	17.084	0,9%

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 697 milhões de euros em 31 de março de 2012.

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 5,0% em 31 de março de 2012 (3,4% em 31 março de 2011). O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades situou-se em 100,3% em 31 de março de 2012, comparando com 103,8% em igual data de 2011.

O crédito com incumprimento situou-se em 6,8% do crédito total em 31 de março de 2012, comparando com 5,0% apurado na mesma data de 2011.

O crédito em risco situou-se em 10,9% do crédito total em 31 de março de 2012.

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 31 DE MARÇO DE 2012

	<i>Milhões de euros</i>			
	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/CV >90 dias)
Particulares	944	823	2,7%	87,2%
Crédito hipotecário	240	258	0,8%	107,5%
Crédito ao consumo	704	566	15,8%	80,3%
Empresas	2.654	2.786	7,1%	105,0%
Serviços	594	1.056	3,7%	177,8%
Comércio	415	338	10,2%	81,5%
Construção	1.041	579	23,4%	55,7%
Outros	605	812	4,8%	134,4%
Total	3.598	3.609	5,0%	100,3%

Os **recursos totais de clientes**, em base comparável (ajustado de uma operação de Repo, no montante de 697 milhões de euros), aumentaram 1,1%, atingindo 67.328 milhões de euros em 31 de março de 2012, que compara com os 66.605 milhões de euros registados na mesma data de 2011.

O aumento dos recursos totais de clientes beneficiou do crescimento de 6,5% dos recursos de balanço de clientes, potenciados pelo aumento de 8,8% dos depósitos de clientes. Os recursos fora de balanço de clientes reduziram para 12.803 milhões de euros em 31 de março de 2012 (15.410 milhões de euros no final de março de 2011), como resultado das descidas verificadas nos ativos sob gestão e nos produtos de capitalização.

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes situaram-se em 50.439 milhões de euros em 31 de março de 2012, que comparam com os 50.633 milhões de euros em 31 de março de 2011, sublinhando-se o aumento de 10,2% nos depósitos de clientes. Na atividade internacional, os recursos totais de clientes aumentaram 5,7%, alicerçados no desempenho da generalidade das subsidiárias no exterior, nomeadamente nas operações da Polónia, de Angola, de Moçambique e da Grécia.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	<i>Milhões de euros</i>		
	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	54.525	51.195	6,5%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	48.830	44.867	8,8%
Débitos para com clientes titulados	5.695	6.328	-10,0%
Recursos fora de balanço de clientes	12.803	15.410	-16,9%
Ativos sob gestão	3.942	4.373	-9,9%
Produtos de capitalização	8.861	11.037	-19,7%
Total ⁽¹⁾	67.328	66.605	1,1%
dos quais:			
Atividade em Portugal ⁽¹⁾	50.439	50.633	-0,4%
Atividade internacional	16.889	15.972	5,7%

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 697 milhões de euros em 31 de março de 2012.

A **carteira de títulos** situou-se em 12.250 milhões em 31 de março de 2012, diminuindo 10,6% face a igual data de 2011, passando a representar 13% do ativo total (14% em 31 de março de 2011).

Os ativos financeiros detidos até à maturidade, que representavam 32% da carteira de títulos em 31 de março de 2012, diminuiram 42,1% face ao final de março de 2011. Esta evolução traduz:

- a menor exposição a títulos de dívida pública portuguesa;
- o impacto no balanço do reconhecimento de imparidades associadas a títulos de dívida soberana grega; e
- o efeito do reembolso de obrigações de emissores privados nacionais.

A carteira de ativos financeiros detidos para negociação e de ativos financeiros disponíveis para venda aumentou para 8.333 milhões de euros em 31 de março de 2012 (6.933 milhões de euros em igual data de 2011), representando 9,1% do ativo total (7,3% em 31 de março de 2011), por via do acréscimo, no decurso do primeiro trimestre de 2012, da componente de ativos disponíveis para venda.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

No decurso do primeiro trimestre de 2012 registou-se uma atenuação no clima de aversão ao risco, não obstante a volatilidade ter continuado a caracterizar o contexto económico-financeiro a nível global. A instabilidade no mercado interbancário europeu atenuou-se na sequência das operações de refinanciamento a três anos conduzidas pelo Banco Central Europeu (BCE), concretizadas em dezembro de 2011 e em fevereiro de 2012, representando uma injeção adicional de liquidez no sistema bancário europeu, as quais foram complementadas por medidas de expansão dos ativos de garantia elegíveis para efeitos de operações de

mercado aberto e pela redução das reservas mínimas obrigatórias, tendo este conjunto de atuações propiciado aos Bancos nacionais o consequente alongamento dos respetivos prazos de financiamento junto do BCE.

Neste enquadramento, o Millennium bcp manteve o enfoque no crescimento e na retenção de recursos de balanço de clientes, contribuindo não só para a concretização dos objetivos de redução do gap comercial e de desalavancagem, como também para o reforço das fontes de financiamento estável (*stable funding*), a que acresceu a tomada de fundos nas referidas operações de financiamento junto do BCE, de modo a ultrapassar a persistente limitação no acesso a operações a médio e longo prazo nos mercados de dívida por grosso.

Ao longo do primeiro trimestre de 2012, foram cumpridos pelo Grupo os objetivos de redução das necessidades de financiamento fixados no Plano de Liquidez, devido sobretudo a uma eficácia acrescida no controlo do gap comercial. A amortização de dívida de médio-longo prazo excedeu em aproximadamente 1,0 mil milhões de euros o valor de 3,0 mil milhões de euros previstos no Plano de Liquidez, devido à realização, no final do trimestre, de uma operação de *liability management*. Tal não obstou a que o recurso ao BCE tenha apresentado um valor próximo do planeado, como resultado do esforço de desalavancagem acima mencionado, cifrando-se a exposição do Grupo ao BCE em 14,7 mil milhões de euros à data de 31 de março de 2012 (12,7 mil milhões de euros no final de dezembro de 2011).

Por seu turno, no decurso do primeiro trimestre de 2012, a pool de ativos elegíveis detida pelo Banco foi reforçada com novas emissões de obrigações garantidas pela República Portuguesa, no montante total de 2,4 mil milhões de euros (após *haircuts*), e ainda com ativos de crédito, no âmbito das medidas de alargamento dos ativos de garantia elegíveis. Não obstante a simultânea redução da exposição à dívida pública portuguesa, a carteira de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de refinanciamento junto de Bancos Centrais ascendeu a 19,1 mil milhões de euros em 31 de março de 2012 (16,3 mil milhões de euros no final de dezembro de 2011).

CAPITAL

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adoção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da atividade em Portugal e com efeitos a 31 de dezembro de 2010. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às subclasses de risco “Posições Renováveis de Retalho” e “Outras Posições de Retalho” em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011.

O rácio Core Tier I situou-se em 9,22% no final de março de 2012, mantendo um valor semelhante ao apurado em 31 de dezembro de 2011 (9,26%), tendo o impacto da evolução positiva do Core Tier I sido compensado pelo maior nível dos riscos ponderados da atividade.

O aumento do Core Tier I no montante de 137 milhões de euros foi impulsionado sobretudo pela geração orgânica de capital, devida quer aos resultados líquidos e à neutralização do efeito de variação do risco de crédito próprio nos resultados, quer ao crescimento das reservas e interesses que não controlam, não obstante ter sido parcialmente contrariada pela amortização dos impactos diferidos permitidos pelo Banco de Portugal.

O crescimento dos riscos ponderados (RWA) no montante de 1.733 milhões de euros foi determinado pelo aumento do grau de risco interno dos clientes tratados de acordo com o método IRB, devido à degradação da conjuntura económica e com base na revisão anual que decorre no primeiro trimestre, apesar do benefício resultante da manutenção do esforço de *deleverage* neste período.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

Milhões de euros

	31 mar. 12	31 dez. 11
Fundos Próprios		
Core Tier I	5.272	5.135
Ações preferenciais e "Valores"	173	173
Outras deduções (1)	(552)	(521)
Base	4.894	4.788
Complementares	594	613
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(135)	(137)
Total	5.353	5.263
Riscos Ponderados	57.188	55.455
Rácios de Solvabilidade		
Core Tier I	9,2%	9,3%
Tier I	8,6%	8,6%
Tier II	0,8%	0,9%
Total	9,4%	9,5%

(1) Inclui as deduções relacionadas com o diferencial de perdas esperadas face à imparidade e com a detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, nomeadamente as associadas às participações detidas na Millenniumbcp Ageas e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

Nota: o Banco de Portugal autorizou a utilização dos métodos de notações internas (IRB) para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, com efeitos a 31 de dezembro de 2010. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (IRB Advanced) para as exposições de retalho sobre pequenas empresas e colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (IRB Foundation) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as tratadas pelo sistema de rating simplificado. No quadro do processo de adoção gradual de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte e na sequência do pedido de aprovação apresentado pelo Banco, o Banco de Portugal autorizou formalmente a extensão desta metodologia às subclasses de risco "Posições Renováveis de Retalho" e "Outras Posições de Retalho" em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011. No primeiro semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

A continuação da implementação das medidas acordadas no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, tendo por base quatro áreas chave de atuação: garantir níveis de solvabilidade acima dos requisitos regulamentares de 9% de Core Tier I em 2011 e 10% em 2012; gerir o processo de desalavancagem para estabilizar as necessidades e a estrutura de financiamento, tendo como objetivo atingir um rácio de Crédito sobre Depósitos de 120% em 2014; recuperar os níveis de rentabilidade do negócio em Portugal; e focar o portefólio internacional em função do seu atrativo e recursos disponíveis, constituiu o principal enfoque do Banco no 1.º trimestre de 2012. Merecem saliência durante o 1.º trimestre de 2012:

- Realização, em 28 de fevereiro de 2012, de uma Assembleia Geral de Acionistas, destacando-se as seguintes deliberações: Ponto Um - Aprovação da alteração e reestruturação do contrato de sociedade, tendo em vista a adoção de um modelo de administração e fiscalização monista, composto por Conselho de Administração, Comissão de Auditoria e Revisor Oficial de Contas, bem como a criação de um Conselho Estratégico Internacional; Ponto Dois - Eleição dos membros do Conselho de Administração (incluindo o Presidente da Comissão Executiva e Vice-Presidente do Conselho de Administração, Nuno Manuel da Silva Amado), Comissão de Auditoria, Conselho Estratégico Internacional e Conselho de Remunerações e Previdência, para o mandato 2012-2014.
- Na sequência da Assembleia Geral de Acionistas do dia 28 de fevereiro de 2012, na qual foram eleitos os novos membros dos órgãos sociais do Banco Comercial Português, S.A., o Conselho de Administração do Banco nomeou, em 1 de março de 2012, a Comissão Executiva, o seu 1.º Vice-Presidente, Miguel Maya Dias Pinheiro, e o seu 2.º Vice-Presidente, Miguel de Campos Pereira Bragança.
- Comunicação do Banco Comercial Português, em 26 de março de 2012, do resultado da oferta de recompra de obrigações hipotecárias. Os investidores transmitiram no total intenções de aceitação até 918.650.000 euros (valor nominal), que foram integralmente aceites pelo Millennium bcp. A oferta enquadrou-se no conjunto de iniciativas levadas a cabo pelo Banco, destinadas à gestão da sua estrutura de financiamento e de capital.
- Comunicação do Banco Comercial Português, em 1 de março de 2012, que o Banco de Portugal divulgou os resultados globais da terceira e última vertente de trabalho do Programa Especial de Inspeções (SIP) realizado como parte das medidas e ações acordadas pelas autoridades portuguesas, relativamente ao sistema financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira estabelecido com o FMI/EU/BCE, em maio de 2011. A terceira vertente SIP assentou numa lógica prospetiva, tendo por objetivo avaliar a adequação dos parâmetros e das metodologias utilizados pelos grupos bancários na realização das projeções financeiras que suportam a avaliação da sua solvabilidade futura, no quadro dos exercícios de *stress test*. A avaliação efetuada permitiu confirmar que o Grupo BCP utilizou os parâmetros e metodologias adequados.
- Comunicado do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão informando que o Banco Comercial Português submeteu junto do Banco de Portugal, em 20 de janeiro de 2012, um Plano de Capital, nos termos da comunicação da EBA de 8 de dezembro de 2011. O Plano de Capital entregue, envolvia duas componentes: a) Aumento de capital destinado, com direito de preferência, a subscrição pelos acionistas privados, com vista a assegurar fundos próprios com carácter permanente; b) Utilização da linha de recapitalização pública temporária e reembolsável prevista na Lei 63-A/2008.
- Assinalou-se em 7 de fevereiro “O Dia da Internet Segura”, iniciativa da Microsoft em parceria com o Millennium bcp, a EPIS e a Câmara Municipal de Cascais (pela 1.ª vez este ano), tendo sido realizada uma ação de formação dirigida a crianças e adultos num total de 600 pessoas, subordinada ao tema “Vamos descobrir o mundo digital juntos... em Segurança”.
- Apoio da Fundação Millennium bcp à 2.ª edição do projeto “Make It Possible” criado pela Associação Internacional de Estudantes de Ciências Económicas e Comerciais (AIESEC) para a divulgação dos Objetivos do Milénio junto das escolas do ensino secundário. Esta ação que decorreu em março dirigiu-se a mais de 5 mil estudantes e contou com a colaboração de 58 voluntários de 25 países.

- No âmbito do projeto “Arte Partilhada” teve início na cidade de Aveiro a Exposição “Redes sem mar” que reúne 13 tapeçarias da Manufatura de Tapeçarias de Portalegre que fazem parte do acervo artístico do Millennium bcp.
- Cedência de 100 obras de arte ao Ministério da Saúde no âmbito do projeto de responsabilidade social do Millennium bcp com o objetivo de aproximar os espaços de alguns hospitais do Serviço Nacional de Saúde aos seus utilizadores, numa cerimónia que decorreu nas Urgências do Hospital de São José, com a presença do Ministro da Saúde, Paulo Macedo.
- Participação de uma Colaboradora da Direção de Microcrédito no projeto “Bankers without Borders”, um programa de voluntariado da Grameen Foundation, com mais de 5 mil profissionais de todo o mundo que oferecem o seu tempo, experiência e conhecimentos técnicos para apoiar instituições de microfinança que atuam junto da população mais carenciada a nível mundial.
- No âmbito do programa, para jovens universitários, “Come and Grow With Us” decorreram durante o 1.º trimestre de 2012 duas iniciativas: i) em fevereiro, o *Skill Seminar* com a participação de 16 estudantes do *Master International Management* (CEMS-MIM) da Universidade Nova de Lisboa e ii) em março, o *Banking G@me* disputado por 40 jovens.
- Numa parceria entre a Fundação Millennium bcp e a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade apresentou-se o estudo, com o levantamento, caracterização, análise e diagnóstico das IPSS nacionais, com a finalidade de promover a sustentabilidade das IPSS e correspondência do trabalho que desenvolvem às necessidades sociais da população portuguesa. Realização de dois eventos (Lisboa e Porto) de apresentação da publicação, com a presença em Lisboa do Ministro da Solidariedade e Segurança Social, Pedro Mota Soares.
- Adesão do Núcleo Arqueológico do Millennium bcp (NARC) ao “Dia Internacional dos Monumentos e Sítios” que decorreu no dia 18 de abril. No âmbito dessa iniciativa, o NARC alargou o período de abertura até às 22h00. Este ano esteve em discussão a conservação e valorização do Património Mundial sob a designação “Do Património Mundial ao Património Local; proteger e gerir a mudança”.
- Eleição da Médias, pela quarta vez, Marca de Confiança na categoria de Seguros de Saúde pelos leitores das Selecções do Reader’s Digest.
- Anúncio pela Agência de Rating Moody’s da conclusão, em 28 de março de 2012, do processo de revisão das notações dos bancos portugueses iniciado em 15 de fevereiro, na sequência da revisão da notação da República Portuguesa de “Ba2” para “Ba3” em 13 de fevereiro de 2012. Neste contexto, a notação de longo prazo do BCP foi mantida em “Ba3”, com Outlook negativo (idêntica à notação da República Portuguesa), e a de curto prazo em “Not Prime” (NP). As notações “Bank Financial Strength Rating” (“Baseline Credit Assessment”) do BCP foram revistas de E+(B1) para E+(B2), com “Outlook negativo”.
- Na sequência da revisão do *rating* da República Portuguesa de “BBB-” para “BB” e da revisão do “*Banking Industry Country Risk Assessment*” para Portugal, a Standard & Poor’s, em 14 de fevereiro de 2012, anunciou que procedeu à revisão das notações de *rating* dos bancos portugueses. Neste contexto, a notação de *rating* de longo prazo do Banco Comercial Português, S.A. foi reduzida de “BB” para “B+” com “Negative Outlook”, enquanto a notação de “rating” de curto prazo foi confirmada em “B”.
- Na sequência da revisão da notação de *rating* de Portugal de “BBB” para “BBB(low)”, a agência de *rating* DBRS, em 31 de janeiro de 2012, reduziu a notação de *rating* do Banco Comercial Português, S.A. de “BBB” para “BBB(low)” em relação à dívida sénior de Longo prazo & depósitos e de “R-2(high)” para “R-2(mid)”, no que respeita à notação de *rating* de Curto prazo & depósitos. A tendência mantém-se negativa.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

No decurso do primeiro trimestre de 2012 registou-se uma ligeira melhoria na atividade económica global e uma atenuação no clima de aversão ao risco. O contexto mantém-se volátil, conferindo valor acrescido à redução expressiva dos prémios de risco da dívida pública portuguesa que se verificou no período.

Para a economia mundial, o FMI projeta uma taxa de crescimento de 3,5% em 2012 e uma reaceleração para 4,0% em 2013, com persistência de um desempenho muito superior das economias emergentes e em desenvolvimento. A atividade económica na área do euro tendeu a estabilizar no primeiro trimestre, mas sem alterar a perspetiva de recessão em 2012 (contração do PIB de cerca de 0,3%).

A política monetária nas economias desenvolvidas assumiu um pendor ainda mais expansionista. Os bancos centrais fizeram uso acrescido de mecanismos alternativos à redução das taxas de juro, incluindo a aquisição de títulos de dívida pública em mercado secundário, cedência de liquidez em condições excecionais e comunicação mais transparente da estratégia monetária.

A instabilidade no mercado interbancário europeu moderou, na sequência das operações de refinanciamento a 3 anos ("LTRO") conduzidas pelo Banco Central Europeu, em dezembro e em fevereiro. A injeção adicional de liquidez no sistema destas duas operações ascendeu a 500 mil milhões de euros, com centenas de bancos participantes, a que acrescem as medidas de expansão dos ativos de garantia aceites nas operações de mercado aberto e a redução das reservas mínimas obrigatórias, estimando-se que possam representar um potencial adicional de liquidez de 300 mil milhões de euros. Os bancos portugueses procederam ao alongamento dos prazos de financiamento, tendo ocorrido um aumento marginal de 46 para 56 mil milhões de euros no saldo do recurso a financiamento do BCE. A taxa principal de refinanciamento do BCE manteve-se em 1%. A liquidez abundante e a perspetiva de prolongamento das atuais condições monetárias contribuíram para a redução das taxas de juro Euribor em todos os prazos, quer nos valores atuais quer nos valores futuros.

A ação determinada do BCE e a reformulação do acordo de assistência financeira à Grécia, contemplando, entre outras medidas, o perdão parcial da dívida por parte do setor privado, terão contornado o risco de um colapso de proporções sistémicas muito relevantes. Os mercados financeiros apresentaram desempenhos positivos, com redução da volatilidade implícita e valorização dos ativos mais cíclicos, nomeadamente dos mercados de ações. O euro recuperou para valores ligeiramente superiores a 1,30 dólares. A perspetiva de permanência de políticas monetárias acomodáticas revelou-se também favorável ao mercado de renda fixa e à compressão, na generalidade, dos prémios de risco.

A proximidade de eleições em França e na Grécia e os receios com as perspetivas macroeconómicas e financeiras para alguns Estados membros da Área do Euro conduziram ao regresso de um clima de aversão ao risco. As taxas de juro da dívida pública alemã retomaram valores mínimos. Neste quadro, assume relevância a redução pronunciada dos prémios de risco atribuídos à dívida pública portuguesa, ilustrativo da alteração de perceção dos investidores relativamente ao risco da República Portuguesa.

As projeções económicas para Portugal foram revistas ligeiramente em baixa (-3,4% do PIB, de acordo com o Banco de Portugal) mas a atividade económica no primeiro trimestre terá apresentado uma evolução menos negativa do que o esperado. O setor externo persiste como o principal motor da atividade económica. A severidade do ajustamento em curso e a incerteza do contexto continuam a penalizar fortemente a evolução do emprego. O défice orçamental atingiu 4,2% do PIB em 2011. O orçamento retificativo para 2012 mantém o objetivo do défice público em 4,5% do PIB para o corrente ano.

O reforço da capitalização dos bancos portugueses deverá concretizar-se até ao final do segundo trimestre, conforme determinação da Autoridade Bancária Europeia. Alguns bancos poderão recorrer ao fundo de capitalização do Estado previsto para o efeito. A debilidade da atividade económica e o aumento do desemprego colocam pressão sobre a qualidade do ativo e afetam a procura de crédito.

Na Europa de Leste as perspetivas económicas permanecem favoráveis. Na Polónia, não obstante uma ligeira moderação da atividade, o Comité Monetário mantém um enviesamento para a subida das taxas de juro, suportando uma valorização do zloti face ao euro. Na Grécia, o acordo de assistência financeira prevê um programa, de longo prazo, de ajustamento da economia grega, de grande rigor orçamental e ainda sujeito a riscos de execução significativos. Nas economias africanas, a evolução favorável dos mercados mundiais de matérias-primas, a conclusão de trabalhos de manutenção e de início de novas explorações petrolíferas, e as boas condições climatológicas para a safra agrícola e produção hidroelétrica proporcionam um enquadramento favorável ao crescimento robusto da atividade económica. O FMI projeta uma taxa de crescimento real do PIB em 2012 de 2,6% para a Polónia, -4,7% para a Grécia, de 6,7% para Moçambique e de 9,7% para Angola.

GLOSSÁRIO

Carteira de títulos - ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra e ativos financeiros detidos até à maturidade.

Crédito com incumprimento - crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento.

Crédito em risco - conceito que, segundo o Banco de Portugal, é mais abrangente do que o crédito com incumprimento, incorporando, nomeadamente, a possibilidade dos devedores com prestações em atraso continuarem a não cumprir as suas responsabilidades de crédito. Para definição detalhada consultar instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

Custo do risco - proporção das dotações para imparidade do crédito (líquida de recuperações) em função da carteira de crédito

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos de exploração líquidos.

Outras imparidades e provisões - imparidade de outros ativos financeiros, imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, imparidade do goodwill e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos de exploração, outros resultados de atividades não bancárias e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Produtos de capitalização - inclui *unit linked* e planos poupança reforma.

Recursos totais de clientes - débitos para com clientes titulados e não titulados, ativos sob gestão e produtos de capitalização.

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações de negociação e de cobertura, resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional.

Taxa de margem financeira - relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

“Disclaimer”

Este documento não representa uma oferta de valores mobiliários para venda no Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão ou em qualquer outra jurisdição. Não podem ser vendidas ou oferecidas ações nos Estados Unidos a não ser que as mesmas estejam registadas de acordo com o “US Securities Act” de 1933 ou se encontrem isentas de tal registo. Qualquer oferta pública de valores mobiliários efetuada nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Japão teria que ser efetuada por meio de um prospeto com informação detalhada sobre a empresa e sua gestão, incluindo as Demonstrações Financeiras.

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (‘IFRS’) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

Os valores dos primeiros três meses de 2011 e 2012 não foram objeto de auditoria.

INDICADORES CONSOLIDADOS: ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11	31 mar. 12	31 mar. 11	Var. 12/11
Demonstração de resultados									
Margem financeira	317,5	401,6	-20,9%	177,5	260,3	-31,8%	140,0	141,2	-0,9%
Rendimento de instrumentos de capital	0,3	-	>200%	0,3	-	>200%	-	-	-
Resultado de serviços e comissões	169,9	195,4	-13,1%	114,6	135,7	-15,5%	55,3	59,8	-7,4%
Outros proveitos de exploração	(14,5)	20,2	-	(14,1)	19,9	-	(0,4)	0,3	-
Resultados em operações financeiras	191,3	26,5	>200%	147,1	3,9	>200%	44,2	22,6	95,7%
Resultados por equivalência patrimonial	12,9	16,7	-23,2%	12,1	16,7	-27,7%	0,7	-	-
Produto bancário	677,4	660,4	2,6%	437,5	436,5	0,2%	240,0	223,9	7,2%
Custos com o pessoal	206,6	174,6	18,3%	135,0	105,8	27,6%	71,5	68,8	4,0%
Outros gastos administrativos	141,3	139,4	1,4%	78,7	77,3	1,8%	62,6	62,1	0,9%
Amortizações do exercício	21,5	24,8	-13,5%	11,0	12,7	-13,8%	10,5	12,1	-13,1%
Custos operacionais	369,4	338,9	9,0%	224,7	195,9	14,7%	144,7	143,0	1,2%
Resultados operacionais antes de provisões	308,0	321,6	-4,2%	212,7	240,7	-11,6%	95,3	80,9	17,8%
Imparidade do crédito (líquida recuperações)	170,3	166,6	2,2%	133,2	131,8	1,0%	37,1	34,7	6,8%
Outras imparidades e provisões	46,3	31,4	47,6%	47,8	31,9	49,6%	(1,5)	(0,6)	-
Resultado antes de impostos	91,5	123,6	-26,0%	31,8	76,9	-58,6%	59,7	46,7	27,6%
Impostos	32,2	14,8	-	19,9	4,1	-	12,3	10,7	-
Interesses que não controlam	18,5	18,8	-1,3%	(2,6)	(0,5)	-	21,2	19,3	9,8%
Resultado líquido	40,8	90,1	-54,8%	14,6	73,3	-80,1%	26,2	16,8	55,9%
Indicadores de balanço e de atividade									
Ativo total	92.029	95.177	-3,3%	69.647	72.832	-4,4%	22.381	22.345	0,2%
Recursos totais de clientes ⁽¹⁾	67.328	66.605	1,1%	50.439	50.633	-0,4%	16.889	15.972	5,7%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	54.525	51.195	6,5%	38.687	36.270	6,7%	15.838	14.925	6,1%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	48.830	44.867	8,8%	33.118	30.061	10,2%	15.711	14.806	6,1%
Débitos para com clientes titulados	5.695	6.328	-10,0%	5.569	6.209	-10,3%	126	119	6,3%
Recursos fora de balanço de clientes	12.803	15.410	-16,9%	11.752	14.362	-18,2%	1.051	1.048	0,3%
Ativos sob gestão	3.942	4.373	-9,9%	3.200	3.695	-13,4%	742	678	9,5%
Produtos de capitalização	8.861	11.037	-19,7%	8.552	10.667	-19,8%	309	370	-16,5%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	71.243	75.315	-5,4%	53.998	58.231	-7,3%	17.245	17.084	0,9%
Particulares	34.711	35.389	-1,9%	24.141	25.214	-4,3%	10.570	10.175	3,9%
Crédito hipotecário	30.254	30.667	-1,3%	21.510	22.376	-3,9%	8.744	8.292	5,5%
Crédito ao consumo	4.457	4.722	-5,6%	2.631	2.839	-7,3%	1.826	1.883	-3,0%
Empresas ⁽¹⁾	36.532	39.926	-8,5%	29.857	33.016	-9,6%	6.675	6.910	-3,4%
Serviços ⁽¹⁾	15.400	15.832	-2,7%	13.335	13.637	-2,2%	2.065	2.195	-5,9%
Comércio	4.048	4.639	-12,7%	2.781	3.458	-19,6%	1.267	1.181	7,3%
Construção	4.452	5.304	-16,1%	3.571	4.574	-21,9%	880	730	20,6%
Outros	12.632	14.151	-10,7%	10.170	11.347	-10,4%	2.463	2.804	-12,2%
Qualidade do crédito									
Crédito vencido total	3.915	2.861	36,8%	3.058	2.182	40,2%	857	679	26,2%
Crédito vencido há mais de 90 dias	3.598	2.529	42,3%	2.802	1.915	46,4%	796	614	29,6%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	5,0%	3,4%		5,1%	3,3%		4,6%	3,6%	
Imparidade do crédito (balanço)	3.609	2.625	37,5%	2.903	2.052	41,4%	706	573	23,2%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito total	5,0%	3,5%		5,3%	3,5%		4,1%	3,4%	
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	100,3%	103,8%		103,6%	107,2%		88,8%	93,3%	
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	95	88		97	91		86	81	

(1) Ajustado de uma operação de Repo de 697 milhões de euros em 31 de março de 2012.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2012 e 2011

	31 março 2012	31 março 2011
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	1.012.647	946.874
Juros e custos equiparados	(695.170)	(545.310)
Margem financeira	317.477	401.564
Rendimentos de instrumentos de capital	296	27
Resultado de serviços e comissões	169.921	195.425
Resultados em operações de negociação e de cobertura	168.778	(742)
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	7.048	27.221
Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade	15.510	-
Outros proveitos de exploração	(11.126)	18.325
	667.904	641.820
Outros resultados de atividades não bancárias	4.719	5.104
Total de proveitos operacionais	672.623	646.924
Custos com o pessoal	206.552	174.620
Outros gastos administrativos	141.348	139.408
Amortizações do exercício	21.478	24.828
Total de custos operacionais	369.378	338.856
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	303.245	308.068
Imparidade do crédito	(170.264)	(166.567)
Imparidade de outros ativos financeiros	(816)	(2.742)
Imparidade de outros ativos	(36.955)	(25.092)
Outras provisões	(8.513)	(3.524)
Resultado operacional	86.697	110.143
Resultados por equivalência patrimonial	12.851	16.730
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(8.058)	(3.234)
Resultado antes de impostos	91.490	123.639
Impostos		
Correntes	(20.997)	(25.291)
Diferidos	(11.193)	10.529
Resultado após impostos	59.300	108.877
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	40.759	90.099
Interesses que não controlam	18.541	18.778
Resultado do período	59.300	108.877
Resultado por ação (em euros)		
Básico	0,02	0,05
Diluído	0,02	0,05

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de março de 2012 e de 2011 e 31 de dezembro de 2011

	31 março 2012	31 dezembro 2011	31 março 2011
	(Milhares de Euros)		
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.883.922	2.115.945	1.564.141
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.130.660	1.577.410	949.217
Aplicações em instituições de crédito	2.365.719	2.913.015	1.230.261
Créditos a clientes	68.330.387	68.045.535	72.689.673
Ativos financeiros detidos para negociação	2.066.045	2.145.330	4.052.975
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.266.559	4.774.114	2.879.766
Ativos com acordo de recompra	9.251	495	20.726
Derivados de cobertura	471.523	495.879	352.787
Ativos financeiros detidos até à maturidade	3.908.114	5.160.180	6.746.586
Investimentos em associadas	386.442	305.075	362.723
Ativos não correntes detidos para venda	1.096.777	1.104.650	1.005.750
Propriedades de investimento	562.869	560.567	515.251
Outros ativos tangíveis	608.427	624.599	592.891
Goodwill e ativos intangíveis	249.317	251.266	398.532
Ativos por impostos correntes	34.536	52.828	29.200
Ativos por impostos diferidos	1.540.229	1.564.538	1.002.367
Outros ativos	1.117.871	1.790.650	783.909
	92.028.648	93.482.076	95.176.755
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	18.754.271	17.723.419	19.408.731
Depósitos de clientes	49.526.288	47.516.110	44.866.925
Títulos de dívida emitidos	14.560.815	16.236.202	17.098.510
Passivos financeiros detidos para negociação	1.265.779	1.478.680	870.348
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	315.768	2.578.990	4.078.118
Derivados de cobertura	376.021	508.032	232.003
Provisões	252.832	246.100	238.141
Passivos subordinados	1.160.119	1.146.543	1.352.633
Passivos por impostos correntes	13.015	24.037	8.666
Passivos por impostos diferidos	1.249	2.385	-
Outros passivos	1.242.633	1.647.208	1.436.792
Total do Passivo	87.468.790	89.107.706	89.590.867
Capitais Próprios			
Capital	6.065.000	6.065.000	4.694.600
Títulos próprios	(11.448)	(11.422)	(83.223)
Prémio de emissão	71.722	71.722	192.122
Ações preferenciais	171.175	171.175	1.000.000
Outros instrumentos de capital	9.853	9.853	1.000.000
Reservas de justo valor	(292.284)	(389.460)	(241.545)
Reservas e resultados acumulados	(2.063.529)	(1.241.490)	(1.548.812)
Resultado do período atribuível aos acionistas do Banco	40.759	(848.623)	90.099
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do Banco	3.991.248	3.826.755	5.103.241
Interesses que não controlam	568.610	547.615	482.647
Total de Capitais Próprios	4.559.858	4.374.370	5.585.888
	92.028.648	93.482.076	95.176.755